

O preço da negociação



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Eleição presidencial é sinônimo de crise institucional. A rima é pobre, mas o assunto é rico. A perspectiva de mudança no poder do Brasil dá origem a disputa violenta, com diversos golpes abaixo da linha da cintura. E não há juiz capaz de interromper o tiroteio. Nem os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Eles, aliás, tornaram a situação ainda mais grave. Só depois das eleições, será possível restabelecer o ambiente de relativa tranquilidade na política nacional. Até o fim de outubro, a troca de ofensas será a constante no cenário político brasileiro.

Há que se distinguir algumas proezas nesse teatro de agravos maiores ou menores. O ex-banqueiro Daniel Vercaro, atualmente preso na Papuda, em Brasília, merece destaque. Audácia inacreditável. Conseguiu chegar perto das principais autoridades brasileiras. Corrompeu a maioria delas com dinheiro vivo, benesses e chuva de vantagens para esposas, filhos e protegidos. Os meninos receberam empregos fabulosos, cartões de crédito generosos, perspectivas profissionais maravilhosas, enquanto seus pais frequentavam convites temperados pelo melhor uísque e charutos cubanos de ótima procedência. Tudo isso à custa da sangria de aposentados e pensionistas de diversos estados brasileiros, desde

o Rio de Janeiro até o Amapá. Exceção foi o Distrito Federal. O Banco de Brasília (BRB) foi saqueado e chegou à beira da falência. A população será convidada a pagar o prejuízo.

É com esse pano de fundo que transcorre a eleição de 2026. Os ingredientes da política brasileira são evidentes. Há forte pressão contra o petismo do presidente Lula. E, também, existe significativo movimento contra bolsonaristas e correlatos. As duas forças se equivalem no tamanho e na presença pública. Ambas são capazes de colocar o povo na rua. Na eleição passada, o Partido dos Trabalhadores conseguiu eleger o presidente da República por margem muito pequena. Mas não fez maioria na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal. A situação permanece. As mais recentes pesquisas de opinião colocam Flávio Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva em posição de empate técnico. Situação que eleva a tensão a seu nível máximo.

Não há força hegemônica no Brasil atual. A inexistência de um poder definido colocou o STF no centro dos debates. E os ministros, por consequência, tomaram partido. O tribunal se dissolveu em brigas menores e decisões judiciais apressadas, sem o devido fundamento legal. Partido político não tem legitimidade para pedir a exoneração de funcionário público. O presidente da Corte, Edson Fachin, foi obrigado a sair de sua confortável posição e agir para desautorizar as duas partes em litígio. Aproveitou para enterrar o famoso processo das fake news que já durava mais de sete anos. O próximo capítulo deverá ocorrer na próxima semana, quando o plenário da Casa se reunir. Os ministros vão permitir sessão pública, com transmissão ao vivo pela TV Justiça?

Ao lado dessa confusão, é preciso estar atento

a um detalhe: o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, o cubano ressentido, está em visita a três países no continente: Colômbia, Equador e Peru. Ele pretende aumentar o poder de Washington na região. Isolar a China. Na época da Operação Lava-Jato os norte-americanos tiveram papel importante. Entregaram aos juizes de Curitiba provas do desvio de recursos ocorrido na Petrobras. Os supremos, tempos depois, reverteram a investigação e anularam provas até daqueles que confessaram ter colocado dinheiro público no bolso. Inocentaram a classe política. Tremendo favor, que merece generoso pagamento.

O súbito vigor do bolsonarismo tem origem na agitação que seus aliados fazem desde Washington. Os norte-americanos possuem bom serviço secreto, muito dinheiro e força bélica evidente. Eles podem influir na política brasileira. Na impossibilidade de fazer prevalecer a vontade norte-americana na Europa e no Oriente Médio, resta o exercício da força e do convencimento no quintal sul-americano. Neste momento, depois das aventuras de Trump pelo mundo, é razoável prestar atenção no trabalho dos bolsonaristas aliados aos norte-americanos.

A tradição política brasileira é a conciliação, desde a Proclamação da República. No atual caso, alguns ministros estão muito expostos. Em tempos recentes, Dias Toffoli foi flagrado em situação constrangedora. Varreram a sujeira para debaixo do tapete. Quando a temperatura retornar ao normal, os supremos estarão aptos a reconstruir parcerias e, de novo, promover o esquecimento geral. O acordo deverá abranger o presidente da República, já eleito e comprometido com as novas lideranças. No Brasil, as brigas são rituais. A constante é o acordo. Tem custo, mas quem paga é a população.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha// circecunha.df@dabr.com.br



A sabatina que não sabatina

Toda boa história, aceita como narração de fatos verdadeiros — com ou sem "H" maiúsculo —, precisa ter começo, meio e fim e precisa se prender à realidade, mesmo quando essa realidade parece surreal e distante da razão. A crise que hoje testemunhamos na mais alta Corte do país, capaz de abalar ainda mais uma democracia já combalida, não nasceu de um escândalo repentino. Ela tem começo, meio e, se nada mudar, um fim previsível. E esse começo está em um lugar aparentemente banal, tratado por décadas como rotina institucional sem maiores consequências: o modo como escolhemos e "sabatina" os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Premissas

A Constituição de 1988 é clara quanto aos requisitos. Os artigos 101 a 103 exigem dos candidatos ao STF "notório saber jurídico" e "reputação ilibada", cidadania brasileira, idade entre 35 e 70 anos, e o crivo de duas instâncias: a indicação do presidente da República e a aprovação, por maioria absoluta, do Senado Federal, após arguição pública em sabatina hoje realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No papel, é um desenho de freios e contrapesos razoável. Na prática, tornou-se um ritual de chancela.

Harpista

O problema não está no texto constitucional, mas no uso que dele se faz. "Notório saber jurídico" é expressão elástica o bastante para caber em qualquer currículo que um governo queira validar; "reputação ilibada" raramente é investigada com rigor e quase nunca é motivo de reprovação. O resultado é que o escrutínio público, que deveria mirar a competência técnica e a trajetória na magistratura, desliza para outro alvo: o alinhamento ideológico e político do indicado com a agenda de quem o indicou.

Perfil

Não é surpresa, portanto, que a maioria dos atuais integrantes do Supremo nunca tenha exercido a carreira de juiz de carreira. Alguns chegaram a prestar concurso e não foram aprovados. Advogados de partido, ex-ministros de Estado, ex-parlamentares e, mais recentemente, advogados particulares do próprio presidente da República ocupam cadeiras que, em tese, deveriam representar o topo técnico da magistratura nacional.

Outros modelos

Nos Estados Unidos, o desenho constitucional é parecido no papel, o presidente indica (*nominate*) e o Senado aprova (*advice and consent*), mas a prática é radicalmente diferente. Lá, a sabatina perante o Comitê Judiciário do Senado costuma se estender por vários dias, com múltiplas rodadas de perguntas por senador, exame público de decisões judiciais anteriores linha a linha, investigação de antecedentes conduzida pelo FBI, divulgação obrigatória e minuciosa de patrimônio, contratos, publicações acadêmicas e discursos proferidos ao longo de décadas. Organizações da sociedade civil, associações de advogados e a imprensa participam ativamente do escrutínio, produzindo dossiês que circulam meses antes da sabatina propriamente dita.

Mãos lavadas

Desde a redemocratização, a rejeição de um nome indicado ao STF em sabatina é praticamente inexistente: a história registra apenas cinco recusas, todas em 1894, ainda no governo de Floriano Peixoto. Ou seja, há mais de um século o Senado brasileiro não nega uma única indicação presidencial para a Corte. Não porque todos os indicados tenham sido irrepreensíveis, mas porque o desenho institucional — presidencialismo de coalizão, composição partidária do Senado, barganhas de apoio político — torna a rejeição custosa demais para ser exercida.

Em jogo

A diferença essencial, portanto, não está na letra das duas Constituições, ambas preveem indicação presidencial e aprovação legislativa, mas no uso real desses dispositivos. No Brasil, a sabatina tornou-se um trâmite protocolar que raramente barra qualquer indicação, ainda que o indicado seja o próprio advogado de defesa do presidente que o indica. Nos Estados Unidos, a sabatina é um campo de batalha político real, onde reputações se constroem e desmoronam publicamente, e onde indicações efetivamente fracassam.

A frase que foi pronunciada

"Sei de uma coisa sobre mim: não meço meu valor pelas expectativas dos outros nem deixo que eles o definam."

Sonia Sotomayor

História de Brasília

Já que o assunto é Ministério da Fazenda, há outro. A segunda Pagadoria do Tesouro Nacional paga, em média, 100 milhões por dia. Os processos são aprovados pelo Tribunal de Contas em Brasília e vão para o Rio, onde são pagos. Tudo porque o ministério não quer vir para Brasília. **(Publicada em 26/5/1962)**

Caio Gomez



G O M E Z

A América que o Brasil não quer ser



» VANESSA MULET
Pedagoga, gestora social e presidenta da Frente Negra Gaúcha (FNG)

Cuba atravessa uma crise profunda. Sanções e restrições que se acumulam há décadas, cortes de energia que chegam a 20 horas diárias, escassez de alimentos e medicamentos. Uma crise humanitária documentada. E o Brasil, em grande medida, assistiu em silêncio. Há brasileiros e brasileiras que sempre se solidarizaram com Cuba e reconhecem sua resistência; mas essa não é a voz que predomina.

O desconforto diante de Cuba não é novo, tampouco inocente: o Brasil não se reconhece latino-americano. Não por questão geográfica. Por projeto histórico. Este país foi construído sobre o desejo de ser europeu e, mais recentemente, sobre o sonho de ser norte-americano. Cuba incomoda porque representa o oposto: uma nação que resistiu décadas ao imperialismo americano, enviou combatentes ao continente africano em apoio a movimentos de libertação e teve sua contribuição reconhecida por Nelson Mandela na luta contra o apartheid.

Silenciar Cuba é uma posição política. Fingir que ela não é nossa vizinha de diáspora e de resistência, também é. Esse eurocentrismo não chegou ontem. Foi cultivado como política de Estado, como currículo escolar, como estética de elite. A

extrema-direita brasileira apenas tornou explícito o que sempre operou nas entrelinhas: alinhar o Brasil a um projeto civilizatório que nega sua própria constituição. E quando alguém se atreve a nomear esse mecanismo, a resposta é tentar deslegitimar quem o denuncia. Chama-se de comunista. Chama-se de esquerdista. Como se defender a dignidade humana fosse um partido.

A disputa em torno de Paulo Freire, referência mundial na educação, cujo título de Patrono da Educação Brasileira a extrema-direita tentou retirar, é mais uma expressão dessa recusa: atacar quem evidenciou que educação nunca é neutra é coerente com um projeto que não quer que as classes dominadas leiam o mundo de forma crítica. Como educadora formada por essa pedagogia, sei que a questão nunca foi ter ou não ter ideologia. É saber se ela é inclusiva ou excludente.

Enquanto o Brasil virava as costas para a América Latina, as mulheres negras construíam a consciência continental que esse país recusava. Lélia Gonzalez, em *Por um feminismo afro-latino-americano*, nomeou essa consciência como amefricanidade: a diáspora africana como fio que une o continente, independentemente do idioma do colonizador, uma dimensão que o Brasil insistia em não reconhecer.

Em 1992, cerca de 300 mulheres de 32 países reuniram-se em Santo Domingo no 1º Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, que instituiu o 25 de julho como marco de resistência. Sueli Carneiro, bell hooks e Angela Davis evidenciaram que a subalternidade das mulheres negras não é circunstancial:

é estrutural. E o apagamento que a produz opera com método: mulheres negras tiveram papel fundamental em processos de transformação política que a memória oficial recusou nomear.

Quando Cuba aparece nos noticiários, o mundo fala de Che Guevara e Fidel Castro. Pouco se diz de Celia Sánchez, de Vilma Espín ou de Haydée Santamaría. No Brasil, falamos de Zumbi; pouco falamos de Dandara. Tereza de Benguela governou o Quilombo do Quariterê, no Vale do Guaporé, coordenando a política e a defesa de um território autônomo no século 18; sua memória resistiu pela tradição oral.

Como mulher negra gaúcha, observo: nos arquivos gaúchos, mulheres negras aparecem registradas apenas como "Maria, parda, escrava de..." ou "Rosa, crioula forra". Sem sobrenome. Sem história própria. A ausência de nomes não é falha do pesquisador: é dado político. A invisibilidade também foi institucionalizada nos próprios documentos.

O Brasil que não se reconhece latino-americano é o mesmo que tenta apagar Paulo Freire dos currículos, que registra suas revoluções sem nome nos arquivos e que escalou atrizes brancas para interpretar Chiquinha Gonzaga, cuja ascendência negra foi apagada nessa representação. Não basta sumir dos documentos: é preciso embranquecer até na ficção.

São gestos da mesma recusa: negar a própria constituição, plural, africana, indígena, mestiça. Reconhecer a América Latina começa por reconhecer quem nunca deixou de pertencer a ela. As mulheres negras sempre souberam. O Brasil ainda precisa aprender.